

Conferência admite drama palestino e escravidão

Depois de muitas divergências, encontro contra racismo produz dois documentos que países se comprometem em colocar em prática

JOSÉ MARIA MAYRINK
Enviado especial

DURBAN - Ao fim de nove dias de acalorados debates e repetidas ameaças de fracasso da reunião, a Conferência Mundial contra o Racismo terminou ontem, realizado em Durban, na África do Sul, com a aprovação de uma declaração que reconhece o "drama dos palestinos" a admite que a escravidão e o tráfico de escravos, considerados crime contra a humanidade, foram uma tragédia na história. O texto sugere pedidos de desculpas pelas suas consequências, tanto para africanos como para povos indígenas, e apóia a criação de fundos e de programas de ajuda aos países que foram vítimas do colonialismo e da escravidão.

Participaram da reunião 173 países, mas só 99 delegações estavam no encerramento, que chegou ao fim com mais de 24 horas de atraso. O encerramento da conferência, adiado de sexta-feira à tarde para as 13 horas (11 horas de Brasília),

não acabou dentro do novo prazo, porque a questão do Oriente Médio criou mais um impasse na sessão final. Os estados árabes, apesar de aceitarem as negociações sobre o Oriente Médio, registraram sua preocupação pelo fato de a conferência não ter condenado diretamente Israel por sua política com os palestinos.

Surpresa - O impasse surpreendeu, porque de madrugada a presidente da conferência, Dlamini Zuma, ministra do Exterior da África do Sul, havia preparado propostas alternativas para os

dois pontos mais complicados - a questão do passado (colonialismo e escravidão) e o problema dos palestinos. Os textos, aprovados numa reunião preliminar pela manhã, deveriam ser submetidos a plenário.

A confusão começou 25 minutos antes da hora prevista para o encerramento solene. "Vamos perder mais uma hora, mas encerrar a conferência de maneira digna", disse Dlamini. A Síria tumultuou o debate, depois que a delegação do Qatar levantou o problema dos três parágrafos, em nome da Conferência dos Países Islâmicos.

O ministro sírio das Relações Exteriores, Farouk al-Sharaa, condenou um parágrafo que reconhecia o Holocausto dos judeus promovido pela Alemanha nazista na 2.ª Guerra Mundial. Ele atribuiu a responsabilidade pelo genocídio aos europeus, que "agora querem distribuir sua culpa pelo mundo".

ÚLTIMO DIA
REUNIU
APENAS 99
DELEGAÇÕES

Muçulmanos - Vários países muçulmanos fizeram objeções aos esforços de eliminar no texto que muitos delegados consideraram como referência indireta aos palestinos, incluindo um parágrafo que afirma que "a ocupação estrangeira é uma das formas e fontes da discriminação racial". Porém, os demais participantes da conferência não concordaram com isso e aprovaram o texto previamente discutido.

O texto de Dlamini Zuma é uma proposta moderada que, depois de afirmar que o Holocausto jamais poderá ser esquecido, manifesta a preocupação com o sofrimento do povo palestino e reconhece o direito à livre determinação dos palestinos. O texto diz que "todos



Comissária da ONU, Mary Robinson, cercada por representantes de várias delegações: "A conferência deu voz aos excluídos"

os Estados da região, incluindo Israel" têm direito à segurança.

Embora tratem de ocupação de territórios por tropas estrangeiras, em geral, os parágrafos defendidos pelos países islâmicos referem-se especificamente a Israel, citando o caso de Jerusalém. Na prática, o texto era uma tentativa de retomada, na última hora, dos temas que provocaram a retirada das delegações dos Estados Unidos e de Israel da conferência de Durban, na última segunda-feira.

Passado - A outra proposta da presidência, referente ao passado, ou seja, a reparação dos males causados pelo colonialismo e pela escravidão, traduz o acordo obtido entre o Bloco Africano e os países da União Europeia. Em termos moderados, o texto acabou incorporando as principais reivindicações dos africanos e afro-descendentes. (Com agências internacionais)